A vitória de Lula abre um novo ciclo de luta política

Democracia Socialista

A vitória de Lula nas eleições de 2026, especialmente a extraordinária mobilização popular que marcou o segundo turno, abriu uma nova conjuntura política no Brasil. Mais do que uma vitória eleitoral, foi uma vitória política e programática, construída a partir da defesa da democracia, dos direitos sociais, da soberania nacional e da afirmação de uma alternativa ao neoliberalismo.

O resultado brasileiro tem também significado internacional. Em um cenário marcado pelo avanço da extrema direita e de tendências autoritárias, demonstrou a possibilidade de derrotá-las por meio da mobilização democrática e popular. Seu sentido de abertura de novos horizontes de transformação é potencializado pela fragorosa derrota do governo Trump nas recentes eleições norte-americanas. A votação do Partido Democrata foi histórica para as últimas décadas: derrotou o Partido Republicano em seus bastiões centrais, elegeu um número expressivo de mulheres para governos estaduais e para o Senado e obteve esmagadora maioria dos votos entre latinos e negros. A esquerda que se reclama do socialismo teve um crescimento forte e importante. A derrota de Trump, centro da extrema direita mundial, tem alcance interno nos EUA – colocando agendas antineoliberais no centro – e geopolítico, inclusive sobre a onda imperialista na América Latina. As mobilizações estudantis na Europa apontam na mesma direção, questionando as políticas de austeridade neoliberais.

Essas vitórias eleitorais e mobilizações populares e democráticas não apenas interrompem uma onda reacionária: colocam na ordem do dia a construção de programas alternativos ao regime neoliberal de Estado, orientados pelos valores do socialismo democrático.

Um novo período da luta pela revolução democrática no Brasil

A amplitude e a intensidade da mobilização no segundo turno permitem aproximá-la de outros grandes momentos de participação popular na história brasileira, como as Diretas Já e a campanha pelo impeachment de Collor. Sem desconhecer as diferenças entre esses processos – os dois anteriores, de caráter democrático, tiveram importante participação, mas não foram hegemonizados pela esquerda –, a comparação ajuda a dimensionar as possibilidades históricas abertas pela vitória.

No contexto atual de crise de legitimidade internacional e nacional do regime de Estado neoliberal – com suas dinâmicas autocráticas e contrárias à soberania popular, sua macroeconomia financeirizada da desesperança e suas campanhas de ódio contra os trabalhadores, as mulheres, os pobres, os negros e a população LGBTQIA+ –, esta vitória põe no centro do governo Lula e das esquerdas brasileiras o desafio de uma revolução democrática popular. Seu sentido é construir um novo regime de Estado que supere o neoliberalismo, com novas estruturas de poder político e macroeconômicas e uma carta de direitos das classes trabalhadoras atualizada para o século XXI. Seu programa deve ter no centro as alternativas à devastação ecológica e a construção de um novo paradigma ecossocialista.

Essa revolução democrática – que abrange todo um período histórico de transcrescimento da consciência e da organização das classes trabalhadoras em direção socialista – precisa, ao mesmo tempo, afirmar a soberania nacional e alimentar-se das lutas antineoliberais no mundo e, em particular, na América Latina, construindo um novo internacionalismo socialista para o século XXI.

Entretanto, a vitória nacional convive com resultados contraditórios nos estados e, principalmente, com uma maioria conservadora no Congresso Nacional, inclusive com uma força maior da extrema direita. Sua capacidade de centralização será, em alguma medida, enfraquecida pela derrota bolsonarista e pela escandalosa fuga do seu candidato à presidência. E a luta política tem demonstrado que a mobilização da população, como na votação da jornada 5x2 sem redução de salários, pode transcender a correlação de forças no Congresso. A vitória não eliminou essas contradições, mas criou condições qualitativamente novas para enfrentá-las.

Uma vitória construída pela mobilização popular e uma pauta do povo

O balanço eleitoral deve partir da diferença entre os dois turnos. O primeiro revelou a força da extrema direita – sua capacidade de organização e comunicação e suas conexões internacionais, subestimadas especialmente na articulação com as grandes plataformas digitais – e os limites da estratégia inicial da campanha. O programa do primeiro turno centrou-se na continuidade do terceiro governo Lula, que obteve feitos extraordinários na reconstrução do país e no atendimento aos carecimentos básicos da população, mas era insuficiente para disputar a maioria e, principalmente, para oferecer uma alternativa de futuro para além dos constrangimentos neoliberais.

No segundo turno, a campanha passou a expressar com maior nitidez as demandas concretas da população e a confrontar os interesses econômicos e políticos associados ao neoliberalismo. A defesa do fim da escala 6x1, a ampliação da isenção do Imposto de Renda, a proibição das bets, a tarifa zero no transporte, a renegociação das dívidas das famílias e a ampliação dos investimentos sociais deram concretude ao projeto de Lula,

agora nitidamente antagonizado ao “tesouraço” e ao caráter autocrático da candidatura Flávio Bolsonaro. Essas propostas articularam-se à defesa das conquistas sociais ameaçadas pela extrema direita, à rejeição da austeridade e da retirada de direitos e à afirmação da soberania nacional diante das pressões internacionais.

A campanha combinou, assim, uma agenda positiva de ampliação de direitos com a defesa das conquistas já alcançadas: não se tratava apenas de impedir o retorno do bolsonarismo ao governo, mas de afirmar a possibilidade de melhorar efetivamente as condições de vida da população e de abrir um novo caminho de futuro para o país. A ampliação do apoio eleitoral não decorreu de um deslocamento ao centro, mas da afirmação mais clara de compromissos populares e democráticos. Essa experiência oferece uma referência estratégica: o enfrentamento ao neoliberalismo não é obstáculo à construção de maiorias políticas e sociais, mas condição para sua formação.

A mobilização revelou, ainda, um elevado grau de consciência popular sobre direitos, democracia e soberania. Em muitos aspectos, as aspirações expressas nas ruas mostraram-se mais avançadas do que os programas e as iniciativas habituais dos partidos de esquerda.

O protagonismo popular e as novas formas de participação política

O segundo turno produziu uma experiência singular de participação política, articulando grandes manifestações de rua, mobilizações territoriais e intensa atuação nas redes sociais. A presença expressiva da juventude, das mulheres, da população negra e LGBTQIA+, das pessoas idosas e de trabalhadores de diferentes setores deu à campanha um caráter diverso e intergeracional, e sua participação frequentemente ultrapassou a condição de eleitores, assumindo formas ativas de organização e iniciativa política.

A presença das bandeiras do PT nas manifestações, inclusive entre jovens sem experiência anterior de militância, revelou uma renovação da identificação com o partido. Em contraste com as ondas antipetistas da história recente, nas quais seus símbolos foram hostilizados, o PT voltou a representar, para parcelas importantes da população, uma referência de pertencimento e ação coletiva. Isso não significa necessariamente que os novos participantes estejam mobilizados por um projeto explícito de transformação interna do partido: muitos se aproximaram pela identificação com Lula, pela defesa de direitos ou pelo entusiasmo com uma experiência coletiva.

As experiências estaduais e municipais demonstraram a importância da organização territorial, mesmo onde a extrema direita conserva grande força, e revelaram que o trabalho acumulado por movimentos sociais, sindicatos e militantes pode produzir resultados que ultrapassam sua expressão eleitoral imediata. A mobilização digital foi outra dimensão decisiva: iniciativas como o Exército de Lula abriram novas possibilidades de organização e comunicação, ocupando espaços em que as estruturas tradicionais do partido e da esquerda se mostraram insuficientes.

Essas experiências não devem ser desarticuladas após a eleição. Sua continuidade pode sustentar as lutas sociais, defender o programa vitorioso e enfrentar a atuação política e ideológica da extrema direita. Isso exige compreender as transformações tecnológicas e seus efeitos sobre a economia, a democracia e os modos de vida. Não basta ampliar a presença nas redes: é necessário construir capacidade própria de comunicação e organização e enfrentar o poder econômico e político das grandes plataformas digitais. Devemos avançar na constituição de empresas públicas de tecnologia, alinhando comunicação por via digital com presença e organização nos territórios.

O quarto governo Lula: a disputa decisiva pelo programa vitorioso

A vitória eleitoral abriu possibilidades de transformação, mas não assegura sua realização. O principal desafio imediato é garantir que o quarto governo Lula corresponda às expectativas e aos compromissos que sustentaram a mobilização popular. O enfrentamento às bets, a redução do endividamento das famílias, o fim da escala 6x1 e a ampliação do

acesso aos serviços públicos devem orientar a ação governamental desde o início do novo mandato.

A orientação econômica ocupa posição central nessa disputa. A permanência de juros elevados, as pressões por ajuste fiscal, as restrições aos investimentos públicos e a influência do mercado financeiro são obstáculos a uma agenda de ampliação dos direitos sociais e de desenvolvimento. É necessário aprofundar a crítica à ortodoxia econômica, demonstrando seus efeitos sobre o investimento, a capacidade de atuação do Estado, a distribuição de renda e a própria democracia. O controle dos juros, da moeda e do câmbio não pode continuar capturado pelos rentistas nacionais e internacionais: deve passar ao poder soberano democrático, orientando suas decisões para os interesses das maiorias.

A retirada de áreas essenciais, como saúde, educação, despesas vinculadas ao salário mínimo e investimentos das restrições do arcabouço fiscal. A reconstrução dos instrumentos estatais de desenvolvimento, uma reforma tributária progressiva (com a taxação das grandes fortunas) e a ampliação do investimento público devem integrar esse debate. Assim como a transição energética, a sustentabilidade ambiental, a economia do cuidado (como política fundamental para retirar a sobrecarga do trabalho das mulheres e socializá-la com a sociedade), a redução das desigualdades e a construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

O risco de dissociação entre o programa eleitoral e a política efetivamente implementada não pode ser subestimado. Uma vitória conquistada pela afirmação de direitos e pela crítica ao neoliberalismo não pode resultar em um governo submetido às mesmas orientações econômicas confrontadas durante a campanha. O descumprimento dos compromissos produziria grave frustração popular, enfraqueceria a confiança no governo e abriria novas oportunidades para a extrema direita.

A disputa do governo, portanto, não pode ser concebida apenas como ocupação de espaços institucionais. Exige a organização de forças políticas e sociais capazes de sustentar uma orientação programática antineoliberal e enfrentar as pressões que procurarão bloqueá-la. Essa disputa já está em curso e não pode aguardar os processos de reorganização partidária.

Aprofundar a democracia e construir novas formas de governabilidade

O enfrentamento ao neoliberalismo exige não apenas mudanças na política econômica, mas também o aprofundamento da democracia brasileira. A vitória recoloca a necessidade de atualizar a perspectiva estratégica da revolução democrática, articulando a ampliação dos direitos sociais à transformação das instituições e à participação direta da população nas decisões políticas. A reforma política, a reforma do Judiciário, a regulação das plataformas digitais e a ampliação dos mecanismos de participação popular devem integrar essa agenda.

A retomada das propostas de voto distrital ou distrital misto exige atenção especial, diante de seus possíveis efeitos sobre a representação proporcional, o pluralismo político e as condições de atuação dos partidos menores. Da mesma forma, o sistema de emendas

parlamentares impositivas precisa ser enfrentado como mecanismo de fortalecimento do poder econômico, fragmentação das políticas públicas e distorção da representação democrática. A construção de políticas públicas populares não deve servir para legitimar mecanismos que enfraquecem o planejamento público e a responsabilidade democrática sobre a destinação dos recursos.

A experiência acumulada pela esquerda em orçamento participativo, gestão democrática e organização popular é uma referência importante para novas formas de governabilidade. Não se trata apenas de melhorar a comunicação do governo com a sociedade, mas de incorporar a população aos processos de formulação, decisão e acompanhamento das políticas públicas; as novas tecnologias podem ampliar essas possibilidades, desde que subordinadas a uma concepção democrática de participação. A sustentação do quarto governo Lula dependerá, em grande medida, da capacidade de construir uma relação ativa entre governo, partido, movimentos sociais, organizações sindicais e população mobilizada.

A oportunidade histórica de transformar o PT

A mobilização do segundo turno recolocou, em condições particularmente favoráveis, a possibilidade de transformar o PT. A última tentativa mais abrangente de reorganização programática e política do partido, no 6º Congresso, em 2017, desenvolveu-se sob o impacto de uma derrota histórica: a derrubada do governo Dilma Rousseff. Hoje, ao contrário, essa possibilidade surge de uma vitória histórica e da renovada aproximação de setores populares com o PT.

O partido participou da mobilização, contribuiu para sua convocação e organização e foi uma referência política fundamental. Ao mesmo tempo, o movimento popular ultrapassou sua capacidade de direção e evidenciou os limites de suas estruturas e métodos de funcionamento. Reconhecer esses limites não diminui o papel do PT na vitória: a liderança de Lula, sua trajetória histórica e sua identificação com as aspirações da classe trabalhadora são inseparáveis da história do partido. A questão central é como transformar o fortalecimento político trazido pela vitória em capacidade efetiva de organização, elaboração programática e direção das lutas sociais.

O PT precisa recuperar e atualizar características fundamentais de sua trajetória: a democracia interna, a organização pela base, a vinculação aos movimentos sociais, a formação política e a capacidade de formular um projeto de transformação da sociedade. Essa atualização não pode significar reproduzir as formas organizativas dos anos 1980, pois a sociedade brasileira, o mundo do trabalho, as formas de comunicação e os mecanismos de participação política passaram por profundas transformações. O desafio é construir um partido enraizado na sociedade contemporânea, capaz de combinar organização territorial, participação digital, atuação institucional, formação política e mobilização social.

Um novo Congresso do PT pode ser um instrumento decisivo desse processo, desde que não se limite a reproduzir as disputas internas e as correlações de forças existentes. A composição dos delegados anteriormente eleitos e as características do funcionamento partidário são obstáculos reais a um Congresso efetivamente renovador e precisam ser

enfrentadas com mecanismos de ampliação da participação e de abertura do debate à sociedade.

Plenárias territoriais e setoriais, encontros em municípios de diferentes regiões, processos de escuta, campanhas de filiação e iniciativas de formação política podem transformar a discussão congressual em um amplo movimento de reorganização partidária, no qual os movimentos sociais, as organizações feministas, a juventude, os sindicatos, as organizações do campo e os coletivos populares ocupem posição central. Mais do que mobilizar a militância nos períodos eleitorais, é preciso nucleá-la em espaços permanentes de participação, formação, debate e ação política e digital, dando novo oxigênio ao partido, reconstruindo seus vínculos com os territórios e a classe trabalhadora e ampliando sua presença nas lutas concretas da sociedade.

A construção de uma nova direção partidária exige também uma política de alianças capaz de reunir correntes e setores comprometidos com mudanças programáticas e organizativas. Mas a transformação do partido não poderá resultar exclusivamente de acordos entre correntes ou de mudanças na distribuição dos espaços dirigentes: dependerá, sobretudo, da capacidade de articular a disputa interna à mobilização popular e à construção de um projeto político capaz de conquistar maiorias.

A Democracia Socialista diante de suas próprias tarefas

A nova conjuntura exige também uma reflexão sobre a Democracia Socialista, sua organização, sua capacidade de intervenção e sua contribuição estratégica para o PT e para a esquerda brasileira. A trajetória da DS – de elaboração política, compromisso socialista, atuação nos movimentos sociais e defesa de um projeto democrático e antineoliberal – constitui um patrimônio importante, mas precisa ser atualizada diante das transformações da sociedade e das novas possibilidades abertas pela vitória.

Além de afirmar e defender suas posições, a corrente precisa ampliar sua capacidade de construir alianças, disputar maiorias e influenciar efetivamente as decisões do partido e do governo, sem subordinar sua atuação à disputa de espaços dirigentes. Três dimensões devem ser articuladas: a continuidade e o aprofundamento da mobilização popular; a disputa programática e organizativa do PT; e a intervenção nos rumos do quarto governo Lula. Essas tarefas são complementares, embora possam exigir prioridades e ritmos distintos, e a reorganização partidária será tanto mais consistente quanto mais vinculada estiver às lutas sociais e à disputa concreta das políticas governamentais.

A DS precisa fortalecer sua organização nos estados, ampliar sua presença nos movimentos sociais e sindicais, desenvolver processos de formação política e construir mecanismos permanentes de articulação entre seus militantes e dirigentes. Um diagnóstico nacional de sua presença nos movimentos sociais, sindicatos, parlamentos, governos e demais espaços de atuação pode ajudar a identificar potencialidades, fragilidades e possibilidades de ação coordenada. A renovação geracional deve ocupar lugar central nesse esforço, assim como o protagonismo das mulheres e a contribuição histórica do feminismo socialista na elaboração programática e na construção de novas formas de direção e participação.

É necessário também aprofundar a reflexão sobre as novas tecnologias, a soberania tecnológica, o poder das plataformas digitais e as transformações do trabalho e da vida social; fortalecer a dimensão internacionalista da DS, ampliando a articulação com organizações e movimentos de outros países em defesa da democracia, da soberania, da paz, da integração regional e do enfrentamento à extrema direita; e desenvolver propostas concretas para os principais debates nacionais, ampliando a capacidade de intervenção pública e de diálogo com os setores sociais que se aproximaram da esquerda durante a campanha.

Transformar a vitória em um novo ciclo de lutas e conquistas

A vitória de Lula abriu uma oportunidade histórica, mas ela não se realizará espontaneamente: seu aproveitamento dependerá das escolhas políticas e da capacidade de organização das forças democráticas e populares. A mobilização do segundo turno não pode ser tratada como um acontecimento encerrado com a apuração dos votos. Ela expressou aspirações sociais profundas, revelou novas formas de participação e demonstrou a possibilidade de construir maiorias em torno de um programa de ampliação de direitos e enfrentamento ao neoliberalismo.

O principal desafio é transformar essa energia política em força social organizada e permanente. Isso significa defender e aprofundar o programa vitorioso, disputar desde já a orientação do quarto governo Lula, construir mecanismos de participação popular e promover uma ampla renovação política e organizativa do PT. Significa também reconhecer que a extrema direita permanece como força relevante, com bases sociais, representação institucional, recursos econômicos e poderosos instrumentos de comunicação. Sua derrota eleitoral não representa seu desaparecimento nem assegura a continuidade das conquistas democráticas.

Essa conjuntura exige iniciativa política imediata, sem aguardar a realização do Congresso do PT ou a conclusão de debates internos para intervir nas disputas já colocadas. A elaboração coletiva iniciada deve prosseguir, articulando o aprofundamento do balanço eleitoral à definição de propostas programáticas, iniciativas de mobilização e formas de intervenção no partido, no governo e na sociedade.

A tarefa central do próximo período é transformar a vitória eleitoral em um novo ciclo de mobilização popular, aprofundamento democrático, conquistas sociais e construção de uma alternativa ao neoliberalismo, abrindo caminho para a renovação do PT e para o avanço de um projeto democrático, popular e socialista.

Sete iniciativas do PT para o Lula 4

A vitória de virada no segundo turno mostrou a força da mobilização popular e também os obstáculos do caminho percorrido até aqui. É o momento de o Partido dos Trabalhadores definir com clareza onde vai concentrar sua energia para que o quarto mandato seja de transformações, e não apenas de resistência.

1. Participação popular

As ruas e as redes foram decisivas na reta final da campanha. Essa energia não pode se dispersar depois da eleição. O PT deve defender a retomada e o fortalecimento dos Conselhos, das Conferências, do Plano Plurianual Participativo e introduzir o Orçamento Participativo Nacional, tendo como ponto de partida a proposta construída no Conselho Nacional de Participação Social da Presidência da República, que congrega representantes de 68 movimentos sociais e organizações da sociedade civil com atuação nacional. Assim a sociedade organizada participa de fato das decisões do governo, decidindo as prioridades de onde alocar os recursos públicos e de acompanhar a sua execução. As boas experiências passadas nas administrações municipais, incorporando a utilização de novas tecnologias, é uma excepcional escola para uma Cidadania Ativa. O PT tem que construir uma proposta, um projeto de Democracia Participativa.

2. Orçamento e emendas parlamentares

O crescimento descontrolado das emendas tirou do Executivo a capacidade de planejar e executar políticas públicas. Recolocar o orçamento a serviço de um projeto nacional, com transparência, critérios técnicos e rastreabilidade, é condição para governar. O partido precisa levar esse debate à sociedade e mostrar que o tema afeta diretamente a vida das pessoas. As Emendas Parlamentares Impositivas e/ou secretas são completamente antagônicas com um modelo democrático e com um projeto de desenvolvimento nacional. São, inclusive, inconstitucionais ao impedir o Executivo de cumprir direitos assegurados na Constituição e não efetivados pelo Estado/Governo. Pelo fim das Emendas Impositivas.

3. Reformar o sistema político e aprofundar a democracia

O novo governo Lula terá como uma de suas tarefas centrais a reforma do sistema político brasileiro, com o objetivo de aprofundar a democracia e fortalecer a confiança da população nas instituições. A defesa da República e a proteção do regime democrático contra ataques autoritários exigem que o povo se sinta efetivamente representado e que o sistema político seja capaz de refletir a diversidade e a soberania popular.

A reforma política e eleitoral é considerada inadiável para ampliar a representatividade do Congresso Nacional, fortalecer partidos programáticos e garantir igualdade de oportunidades para mulheres, pessoas negras, indígenas e demais segmentos historicamente sub-representados. Ao mesmo tempo, é necessário reduzir a influência do poder econômico sobre as eleições, aperfeiçoar mecanismos de transparência no exercício dos mandatos e enfrentar distorções que comprometem o interesse público, como o atual sistema de emendas parlamentares.

A democratização do sistema político também depende da regulação das plataformas digitais, de critérios mais justos na distribuição de recursos públicos e tempo de propaganda, e da ampliação da acessibilidade diante das mudanças demográficas do país. **Por fim, uma reforma abrangente deve ser construída com participação popular, por meio de uma**

grande conferência nacional capaz de mobilizar a sociedade e orientar mudanças estruturais no sistema político brasileiro. (Brasil pronto para mais! Cadernos do Futuro do Brasil, p.22)

Um sistema que produz um Congresso fragmentado e dependente de recursos sem controle precisa mudar. O PT deve liderar a discussão sobre financiamento, fortalecimento dos partidos, voto em lista fechada com paridade de gênero e cotas étnico raciais e representação mais fiel à vontade popular, portanto contra as propostas de voto distrital. Esta é tarefa urgente, dado que o Centrão, através do Presidente da Câmara dos Deputados apresentou projeto a favor do voto distrital.

4. Ajuste fiscal e política de juros

O presidente Lula é vitorioso com o programa de reducão da jornada de trabalho e elevação dos salários, a comecar do salário-mínimo, da aposentadoria, da defesa do SUS e da Educação, das politicas públicas vigorosas, de um projeto de desenvolvimento sustentável, soberano e democrático.

Imediatamente após a consagradora vitoria popular, o Banco Central decretou a continuidade da maior taxa de juros do mundo, em uma desafiadora atitude de poder paralelo e sem qualquer controle da sociedade. Em coro a mal-afamada Faria Lima e sua imprensa aplaudiu e pediu mais: ajuste fiscal!

O Secretário-Geral da Presidencia da República denunciou a farsa e repeliu o programa dos derrotados. Apoiamos esse posicionamento.

A direção do PT, incluindo suas lideranças e bancadas parlamentares, deve acompanhar atentamente o processo de finalização do Orçamento e repelir ameaças de cortes de recursos para as políticas sociais.

De outro lado, o partido deve retomar o debate estratégico sobre o Banco Central e sua política de juros, causa determinante do endividamento dos governos, das famílias e das empresas. A taxa de juros é variável política fundamental do processo de desenvolvimento; ela não é definida por supostas “leis” de mercado. A “mão invisível”, isto é, o capital financeiro, segura a caneta do presidente do Banco Central.

O PT convocará ainda no 1º semestre 2027 uma conferência econômica para aprofundar sua elaboração do projeto de desenvolvimento soberano, democrático e sustentável.

5. Sobre a maioridade penal

Mais uma vez, a pauta de redução da maioridade penal, que emerge periodicamente para capturar o debate público, ganha relevância na discussão nacional. Patrocinada pela extrema direita, dessa vez ganha eco em nosso governo e em quadros do nosso partido, o

que exige um posicionamento firme e irredutível de defesa da juventude e dos nossos princípios e programa histórico.

A redução da maioridade penal é uma proposta reacionária e violentadora da juventude. Mais do que isso, a proposta é negacionista, indo contra todas as evidências científicas do campo de estudos da segurança pública e da criminologia. O PT precisa tomar posição intransigente em defesa da juventude brasileira e se opor à qualquer proposta de redução da maioridade penal.

6. Funcionamento partidário

O PT precisa estar à altura das mobilizações que vieram das ruas. Isso exige diretórios ativos, formação política, comunicação moderna, renovação de quadros e presença permanente nos territórios. Um partido vivo e organizado é a melhor garantia de sustentação do governo e de continuidade do projeto depois de 2030.

É urgente uma mobilização e orientação nacional para realização de grandes plenárias zonais, setoriais, municipais, regionais de balanço e avaliação da vitória e de uma política de filiação, com metas estabelecidas para serem alcançadas em determinado prazo.

O PT também deve se dedicar à formação de uma frente política mais orgânica, programática e permanente em todo o país, que reúna as forças de esquerda que participaram da campanha no 1º e no 2º turnos eleitorais.

7. Rumo ao Congresso do PT

A mobilização do segundo turno recolocou, em condições favoráveis, a possibilidade de transformar o PT. Hoje essa possibilidade nasce de uma vitória histórica e da reaproximação de setores populares com o partido.

O PT foi referência fundamental na vitória, e a liderança de Lula é inseparável de sua história. Mas o movimento popular ultrapassou a capacidade de direção do partido e expôs os limites de suas estruturas. A questão central é transformar esse fortalecimento político em organização, elaboração programática e direção das lutas sociais.

Para isso, o PT precisa recuperar a democracia interna, a organização pela base, o vínculo com os movimentos sociais e a formação política. Não se trata de copiar os anos 1980, e sim de construir um partido enraizado na sociedade de hoje, que combine organização territorial, participação digital, atuação institucional e mobilização.

Um novo Congresso pode ser decisivo nesse processo, desde que não reproduza as disputas e a correlação de forças atuais. Plenárias territoriais e setoriais, campanhas de filiação e iniciativas de formação podem transformá-lo num amplo movimento de reorganização, com os movimentos sociais, a juventude, os sindicatos e os coletivos populares. É preciso organizar a militância em espaços permanentes, e não apenas nas eleições.

A nova direção exigirá alianças entre setores comprometidos com mudanças, mas a transformação não virá só de acordos entre correntes: dependerá de articular a disputa interna à mobilização popular e a um projeto capaz de conquistar maiorias.